

Sumário

Apresentação – Depoimento: Senador Bernardo Cabral	1
Introdução	3
Aspectos Gerais da Mediação no Brasil.....	5
Homenagem a Antônio Modesto da Silveira	27
Tempos Sombrios no STF	33
O Parlamentarismo e a Constituição	41
A Lei de Responsabilidade Fiscal: Trajetória e Desafios Contemporâneos	45
Intolerância Abominável.....	69
Ninguém Está Acima da Constituição.....	71
30 Anos da Constituição Democrática de 1988.....	75
Constituição e a Internacionalização dos Direitos Humanos – Interpretação do Artigo 5º, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal.....	103
As Relações Homoafetivas na Constituição e o Estatuto da Diversidade Sexual.....	163
Patrimônio dos Sócios e Dívidas Fiscais.....	193
Entrevista para o Instituto dos Advogados Brasileiros Acerca da PEC da Repercussão Geral no STJ	197
Direito à Vida e ao Corpo Humano – A Questão da Eutanásia e do Aborto	201

Direitos Fundamentais na Era da Internet – Transformações Planetárias – Ofensas e Notícias Falsas Divulgadas na Internet Inteligência Artificial – O Advogado Digital	239
O Novo Modelo de Controle de Constitucionalidade na França – A “Questão Prioritária de Constitucionalidade” (QPC).....	275
200 Anos da Constituição de Cadiz e 20 Anos da Constituição Brasileira de 1988	323
Império do Medo e da Intolerância: o Azul e o Rosa na Sexualidade.....	345
Novas Perspectivas em Termos de Soluções Consensuais de Conflitos.....	349
O Princípio da Legalidade, Poder Regulamentar e o Novo Direito Regulatório (Natureza e Limites).....	385
Direitos Fundamentais Substantivos e Garantias: Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa	449
Parecer para a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG) - Considerações Acerca da Viabilidade Jurídica da Prorrogação Antecipada do Prazo dos Contratos de Concessão de Distribuição de Gás Canalizado do Estado do Rio de Janeiro – Exame da Possibilidade de Pagamento de Outorga pelas Ditas Prorrogações na Base de Ativos Remuneráveis da Concessão – Das Competências de Controle do Tribunal de Contas e do Ministério Público e Outros Questionamentos	525
Parecer para a Petrobras Tendo por Objeto as Considerações Jurídicas Acerca do Nível de Exposição da Empresa e de Seus Executivos perante o Tribunal de Contas da União Diante das Alternativas Vislumbradas pela Companhia para a Solução do Litígio entre a Petrobras America Inc. e o Sr. Gordon William Thomas no que Tange à Petrobras Asphalt LLC.....	609

Parecer para a Fundação Petrobras de Seguridade Social Acerca de Aspectos Técnicos Relacionados aos Planos de Previdência Complementar da Petros.....	647
Parecer para a Empresa Camargo Corrêa S.A Acerca da Incidência dos Institutos da Prescrição e da Decadência no Âmbito do Controle Externo Exercido pelo Tribunal de Contas da União da Prescrição das Ações de Ressarcimento de Dano ao Erário.....	687
Parecer para a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG) Acerca da Juridicidade dos Projetos de Lei N ^{os} . 762/2007 e 3.255/2010, em Tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que Versam sobre a Realização de Revisão Anual em Unidades Residenciais e Comerciais Abastecidas por Gás Canalizado – Das Atividades Correlatas no Contrato de Concessão de Serviço Público – Equação Econômico-Financeira do Contrato – Do Impacto Concorrencial dos Projetos de Lei	721
Parecer para a Transpetro Acerca dos Aspectos Jurídicos-Constitucionais do Novo Marco Regulatório de Acesso à Informação – Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011 e Decreto Federal 7.724/2012) - As Exceções Legais ao Dever de Informar – Espécies Legais de Sigilo: Informações Pessoais, Sigilo Industrial e Comercial, Sigilo Profissional, Sigilo Bancário, Sigilo Fiscal, Sigilo das Comunicações e de Dados Telefônicos, e Sigilo de Correspondência – As Hipóteses de Responsabilização dos Agentes Públicos – Da Ação de Improbidade Administrativa em Face dos Empregados Públicos e Sua Aplicabilidade em Face da Lei de Acesso à Informação	765
Parecer para a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG) – Considerações Acerca da Juridicidade e Validade dos 3 ^{os} Termos Aditivos aos Contratos de Concessão de Distribuição de Gás Canalizado do Estado do Rio de Janeiro – Alteração e Atualização do Contrato de Concessão por Termos Aditivos – Pagamento ao Poder Concedente de Outorga Compensatória em Contrapartida aos Investimentos Não Realizados pela Concessionária – Inclusão do Valor da Outorga Compensatória na Base dos Ativos	

Regulatórios para Fins de Ressarcimento Mediante Tarifa – Dever da Agência Reguladora AGENERSA de Respeitar e Cumprir o Contrato de Concessão e Seus Aditivos.....	901
Parecer para a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (FECOMÉRCIO) - Consulta Acerca Dos Aspectos Jurídicos Relativos aos Limites Temporais para a Eleição ao Cargo de Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/RJ.....	979
Parecer, no Conselho Federal da OAB, Acerca da Resolução Conjunta do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Tramitação Direta dos Autos do Inquérito Policial entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público - Aspectos Constitucionais e Legais.....	1003
Voto/Parecer, na Qualidade de Relator, no Recurso ao Conselho Federal da OAB contra Decisão Unânime Proferida Pelo Conselho Seccional da OAB/RS, que Deu Provimento à Representação Ofertada em Face do Representado e Aplicou-lhe a Penalidade de Exclusão dos Quadros da OAB, nos Termos do Art. 38, Inciso I, do EAOAB (Lei nº 8.906/94). Pressupostos De Admissibilidade. Alegação de Ofensa Constitucional. Direito Fundamental. Ofensa ao Princípio do “Ne Bis In Idem”. Dupla Condenação Disciplinar pelo Mesmo Fato Infracional. Configuração. Inconstitucionalidade Reconhecida. Provimento do Recurso.....	1025
Voto/Parecer no Conselho Federal da OAOB, na Qualidade de Relator, no Recurso contra Decisão do Conselho Seccional da OAB/SP. Prescrição. Contrariedade ao Art. 43 do EAOAB (Lei 8.906/94). Prazo Prescricional Previsto no Art. 25-A do EAOAB. Caráter Pecuniário. Decadência. Inexistência e Falta de Previsão na Lei 8.906/94. Aplicação Subsidiária de Outras Normas de Regência da Legislação Pátria. Art. 68 do EAOAB. Permissivo de Aplicação Subsidiária Apenas das Regras Atinentes ao Código de Processo Penal. Necessidade de Proposição Legislativa para Fins de Previsão da Decadência no Processo Administrativo Ético-Disciplinar do Sistema OAB. Preliminar de Prescrição da Pretensão Punitiva Disciplinar. Inocorrência.....	1049

Parecer/Voto no Conselho Federal da OAB, na Qualidade de Relator, Acerca do Projeto de Lei nº 5.078/2009, que Acrescenta Parágrafo ao Art. 8º da Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985, com a Previsão de que, das Decisões dos Membros do Ministério Público na Condução de Inquéritos Cíveis, Caberá Recurso ao Órgão Superior do Próprio Ministério Público, que o Decidirá no Prazo de 60 (Sessenta) Dias.....	1077
O Direito à Busca Da Felicidade	1095
O Judiciário Constitucional – A Judicialização da Política - O Ativismo Judicial.....	1111
O País Está Sem Freios	1173
Manipulação de Dados e o Direito à Informação.....	1175